



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL – 30.03.2014

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL

30/03/2014



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL – 30.03.2014

Ponto sorteado: 7(sete)

1ª Questão – Direito Penal (Valor: 60 pontos)

Em 19.09.11, quando se encontrava em sua loja de comércio de eletrônicos, **Tício**, nascido em 21.09.90, foi procurado por **Mévio**, nascido em 06.08.93, que, de posse de um aparelho de Blue-Ray, pretendia vendê-lo pelo preço de R\$ 190,00 (cento e noventa reais).

Indagado sobre a procedência do aparelho, que ainda se encontrava na embalagem original, **Mévio** disse tê-lo adquirido de **Semprônio**, nascido em 03.06.1993, pelo preço de R\$ 100,00 (cem reais), compra efetuada em 05.07.2011, em frente a um bar. Esclareceu ter realizado o negócio por entendê-lo extremamente vantajoso, visto que o aparelho valia à época, a preço de mercado, cerca de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Informou, ainda, que quarenta e cinco dias após a aquisição do Blue-Ray, o próprio **Semprônio** lhe confidenciou que o utensílio eletrônico fora por este subtraído no início da madrugada do dia 03.06.2011, quando, após se embriagar para tomar coragem e, empunhando um revólver, ingressou clandestinamente num imóvel ameaçando o casal de idosos enfermos e uma enfermeira que ali residiam, vindo em seguida a eliminá-los sumariamente a tiros, em face da reação verbal por eles oposta. Não obstante tais informações e sabendo da origem ilícita do bem, o comerciante **Tício** acabou por adquirir o aparelho, para fins de futura revenda, pagando naquele mesmo dia 19.09.11 o preço pretendido por **Mévio**.

Tome-se em conta que:

- a- **Mévio**, embora não ostente qualquer condenação, encontra-se indiciado em diversos inquéritos policiais como suposto autor de inúmeros estelionatos, em tese praticados ao longo do mês de novembro de 2011;
- b- **Tício** possui uma condenação anterior por crime de furto simples, esta com trânsito em julgado certificado nos autos em 19.01.10, tendo sido declarada extinta a punibilidade pelo cumprimento da pena em 19.06.11;
- c- **Tício** confessou espontaneamente seu atuar criminoso perante as autoridades policial e judiciária.

Analise as consequências jurídico-penais das condutas dos envolvidos, esclarecendo, inclusive, todas as circunstâncias e etapas que devem ser observadas para a fixação da pena de cada um, na hipótese de condenação.

Resposta objetivamente fundamentada.



2ª Questão – Direito Penal (Valor: 40 pontos)

Os irmãos **Atílio** e **Gentil**, com o propósito de antecipar o recebimento da herança de seu pai, **Adalberto**, arquitetaram um plano para ceifar sua vida. Para tanto, desde as tratativas preliminares, ficou ajustado que caberia a **Atílio** a tarefa de adquirir um veneno (cuja letalidade se concretizaria exatamente 02 horas após a ingestão) e que a inserção da substância na refeição do genitor seria feita por **Gentil** no almoço de domingo, servido, invariavelmente, às 13h.

Nos primeiros minutos do dia estabelecido, **Atílio**, após cumprir sua parte no plano, movido por um sentimento de comiseração que jamais lhe acometera, desistiu de continuar a concorrer para o aludido parricídio, contatando **Gentil** por telefone, solicitando-lhe, aos prantos, que não mais executasse a sua parte do plano, o que foi prontamente repellido.

Posta a mesa com inusitado atraso de uma hora, **Gentil**, resoluto em sua sanha criminosa, pôs o veneno na comida de seu pai e observou, sentado na cadeira ao lado, o “velho” saciar sua fome folclórica, não deixando sequer um grão de semente no prato que lhe fora oferecido.

Para evitar maiores desconfortos, **Gentil** preferiu não ver o último suspiro de seu ascendente e saiu da residência antes do prazo letal, não sem antes enviar para o seu irmão uma mensagem, via SMS, em que dizia: “Missão Cumprida”.

O patriarca **Adalberto**, acometido pelo banzo próprio dos momentos que sucedem aos grandes banquetes, antes que o veneno lhe corroesse definitivamente as vísceras, adormeceu, como jamais fizera, no chão do cômodo central da velha morada. **Atílio**, por sua vez, no afã de se certificar da veracidade da assertiva de seu irmão **Gentil**, decidiu ir até o local da empreitada e assim deparou-se, por volta de 15h20, com seu pai estirado no tapete da sala, com o semblante sereno e olhos completamente cerrados.

Ato seguinte, imaginando que o genitor já estivesse sem vida, **Atílio**, com o objetivo de dificultar as investigações e proteger o seu irmão, resolveu dar à cena contornos de um crime patrimonial, desalinhando a arrumação do ambiente e destruindo a maçaneta da porta de entrada.

Em sequência, lançando mão de uma antiga garrucha da família, **Atílio** desferiu, às 15h40, três disparos no peito de seu pai, causando-lhe, conforme comprovado no laudo necroscópico, lesões corporais que, por sua natureza e sede, foram a causa eficiente de sua morte.

Encaminhados os autos do procedimento investigatório ao Ministério Público, analise detalhadamente a relevância penal das condutas de **Gentil** e **Atílio** à luz de nossa legislação substantiva, considerando que a morte ocorreria de qualquer modo, pela precedente ingestão do veneno. **Resposta objetivamente fundamentada.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL – 30.03.2014

Ponto sorteado: 7(sete)

3ª Questão – Direito Processual Penal (Valor: 50 pontos)

Uma sentença tida por inexistente pode gerar algum tipo de efeito jurídico no processo penal? Caso positivo, qual ou quais? **Resposta objetivamente fundamentada.**

4ª Questão – Direito Processual Penal (Valor: 50 pontos)

Sobre a interceptação telefônica, responda:

- a- Qual sua natureza jurídica? Pode ser determinada de ofício pelo Juiz? E mediante representação da Autoridade Policial, com manifestação contrária do Ministério Público?
- b- Por quanto tempo e por quantas vezes pode ser prorrogada?
- c- As conversas interceptadas têm que ser integralmente transcritas? Ou podem ser transcritas apenas naquilo que interessar à investigação? Neste último caso, a Defesa pode ter acesso ao conteúdo integral das conversas interceptadas e gravadas?
- d- É possível utilizar a conversa gravada como prova em desfavor de interlocutor que não era alvo da medida? E este novo interlocutor pode passar a ser monitorado independentemente de uma nova decisão judicial determinando a interceptação de suas conversas próprias?
- e- É possível utilizar as conversas interceptadas como prova emprestada em outros processos, civis ou criminais, caso o Juiz do processo criminal em que foi determinada autorize?

Resposta objetivamente fundamentada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL – 30.03.2014

Ponto sorteado: 7(sete)

5ª Questão – Direito Eleitoral (Valor: 40 pontos)

Caracterizado ato de propaganda eleitoral extemporânea, em ano de eleição para o cargo de Deputado Federal, responda:

- a- O Promotor de Justiça, investido em função eleitoral em Comarca de Juízo único, possui atribuição para notificar o(s) beneficiário(s) da propaganda irregular, visando a sua cessação? E para ajuizar eventual representação?
- b- Indique o prazo para o ajuizamento da referida representação e o Juízo competente para apreciá-la.

Resposta objetivamente fundamentada.

6ª Questão – Direito Eleitoral (Valor: 60 pontos)

Caracterizado o abuso de poder político e econômico praticado por candidato ao cargo de Governador, durante a campanha eleitoral, responda:

- a- Qual a ação judicial cabível? Qual o prazo e o rito a ser adotado?
- b- Esclareça acerca da atribuição do Ministério Público para oferecimento da referida ação e o juízo competente.
- c- Qual o bem jurídico tutelado e quais as sanções cabíveis?
- d- Indique os integrantes do polo passivo.

Resposta objetivamente fundamentada.